

## A ÁREA DE TRABALHO E EDUCAÇÃO NO PRIMEIRO QUARTO DO SÉCULO XXI: DESAFIOS E ENTENDIMENTOS ALCANÇADOS PELO INTERCRÍTICA DE 2024 EM CAMBORIÚ<sup>1</sup>

Alexandre Maia do Bomfim<sup>2</sup>  
Filomena Lucia Gossler Rodrigues da Silva<sup>3</sup>  
Maria Clara Bueno Fischer<sup>4</sup>  
Marilândes Mól Ribeiro de Melo<sup>5</sup>

*A cada momento em que recrudescer, que se modifica, que se recoloca a questão da formação profissional, o GT reage com muita pesquisa em torno disso.* (Eunice Trein, em entrevista realizada em 2004)

Se houve um fator que, inicialmente, pareceu desfavorável, mas que acabou por fortalecer o Grupo de Trabalho em Trabalho-Educação (GTTE), nosso GT 09, foi a decisão da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) de realizar suas reuniões a cada dois anos. Dessa decisão decorreu o desejo

<sup>1</sup> DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.intercriticaVI.01>

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela PPGE - UFPE. Doutor em Ciências Humanas-Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2007). Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de Ciências - PROPEC (IFRJ). Professor da Pós-graduação Lato Sensu em Educação de Jovens e Adultos (IFRJ). Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2001). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1996). PROFESSOR TITULAR em SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ. Pesquisador na área de Trabalho e Educação, Educação Ambiental.

<sup>3</sup> Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de São Miguel do Oeste (1997), mestrado em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Joaçaba (2009), doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2014) e Pós-doutorado pela Universidade Federal do Paraná (2024) Exerceu a função de Integradora de Ensino Médio e Profissional na Gerência de Educação de São Miguel do Oeste no período de 2005 à 2007 e de Supervisora de Educação Básica e Profissional nos anos de 2008 e 2009. Professora nos cursos de licenciatura e no Mestrado em Educação e Coordenadora Adjunta do PPGE-IFC.

<sup>4</sup> Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1982), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1987), doutorado em Educação - University of Nottingham (1997) e pós-doutorado em educação realizado na Universidade de Lisboa em 2009. É professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul atuando no Departamento de Estudos Especializados e no Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação na Linha de Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação.

<sup>5</sup> Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGe) da Universidade Federal de Santa Catarina, com estudo desenvolvido na Linha de Pesquisa Sociologia e História da Educação (2014). Mestre em Educação (2008) e Licenciada em Pedagogia (2005) pela Universidade Federal de Santa Catarina com habilitação em Supervisão Escolar e Séries Iniciais. Desenvolveu pesquisa na Linha: Educação, História e Política. Professora no Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú, atuando nos cursos de Licenciatura em Pedagogia, Matemática e Licenciatura em Educação Especial Inclusiva (LEEI).



de promover encontros do GT no interregno das reuniões gerais da ANPEd, garantindo a regularidade do Intercâmbio Nacional dos Núcleos de Pesquisa em Trabalho e Educação, nosso “Intercrítica”.

No mundo contemporâneo, marcado pela velocidade das redes sociais digitais e pela circulação de informações nem sempre confiáveis ou qualificadas, a realização de um evento presencial, a cada dois anos, focado em uma temática específica da área de Trabalho-Educação, surge como um respiro. Renasce, assim, “uma esperança, não importa que nem sempre audaz, nas esquinas das ruas, no corpo de cada uma e de cada um de nós” (Freire, 1997, p. 5); a esperança não somente como um momento para se compartilhar reflexões, mas como “necessidade ontológica”. Uma vez que a esperança por si não é suficiente, são necessárias reflexões provavelmente mais cautelosas e capazes de incorporar diversos aspectos da realidade concreta, pois

Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas, prescindir da esperança na luta para melhorar o mundo, como se a luta se pudesse reduzir a atos calculados apenas, à pura cientificidade, é frívola ilusão. Prescindir da esperança que se funda também na verdade como na qualidade ética da luta é negar a ela um dos seus suportes fundamentais. [...] é que ela, enquanto necessidade ontológica, precisa de ancorar-se na prática. Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã (Freire, 1997, p. 5).

Considerando esse contexto e essa oportunidade, construímos, em 2024, nosso VI Intercrítica, com a seguinte proposta de discussão: “Formação de trabalhadores em tempos de reformas educacionais e lutas antifascistas: contradições, mediações e desafios”. A citação abaixo explicita nossos objetivos com o evento:

As finalidades permanentes do INTERCRÍTICA, portanto, também do VI INTERCRÍTICA são: a) promover e consolidar o diálogo entre intelectuais da área, movimentos sociais, professores e estudantes dos cursos de pós-graduação e licenciaturas, instituições e profissionais da educação básica e fortalecer o intercâmbio dos grupos de pesquisa da área a partir de temáticas afetas ao campo Trabalho e Educação e que estão demandando reflexões mais aprofundadas em cada conjuntura; b) disseminar a produção científica desenvolvida por pesquisadores e estudantes de pós-graduação e graduação e temáticas relacionadas ao escopo do GT 09 – Trabalho e Educação e tecnológica no país; c) incentivar diálogos entre pesquisadores do campo educacional corroborando para a melhoria da qualidade da produção científica e o fortalecimento da cooperação científico-acadêmica (VI INTERCRÍTICA, 2024).

Assim desenhamos a proposição de diálogo *com* e *entre* profissionais da educação, por meio do pensamento e da prática científica, carregados de afetos. Trata-se de ampliar as possibilidades de sua qualificação através da escuta entre vozes, por vezes dissonantes, que circulam em uma mesma seara.

O objetivo principal é registrar, neste número da Trabalho Necessário (TN), o VI Intercrítica como mais um espaço de preservação das memórias do evento. Nada mais apropriado do que o fazer em uma revista referência na área de Trabalho e Educação, como a TN. Trata-se de um periódico científico do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (Neddate), vinculado à Faculdade de Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, ligado ao GT 09.

A TN tem publicado resultados de todas as edições do Intercrítica<sup>6</sup> e, por meio desta Edição Especial, reafirma-se que se trata não somente de memória específica ou individual de um evento, mas de memória coletiva, como capacidade inerente ao humano, seja em sociedade ágrafas, seja naquelas em que a escrita foi instalada (Gondar, 2008)<sup>7</sup>. Destarte, como parte dessa memória, apresentamos os desafios enfrentados pelo VI Intercrítica em relação à apreensão da realidade concreta e à sistematização de uma teorização ampliada por este coletivo específico de pesquisadoras e pesquisadores na área de Trabalho-Educação.

Alguns questionamentos nos atravessaram: “Que desafios se impuseram a nós em 2024, nesse quase um quarto de século XX, relacionados às temáticas que permeiam o GT Trabalho e Educação?”, além de “Quais sínteses, ainda que parciais, conseguimos obter ao longo dos vários momentos de debates ocorridos no evento?”. Assim construímos o VI Intercrítica, e assim vamos construindo, neste espaço da revista, um espaço para o diálogo, o pensamento e a prática científica, articulados aos enfrentamentos da realidade concreta, muitas vezes brutal e negadora de nossa humanidade. Tal realidade manifesta-se como “uma percepção da negação de direitos básicos de um indivíduo a partir da perda de sua dimensão humana” (Teixeira, 2021, p. 259), inclusive pela “dedicação excessiva ao trabalho em detrimento de sua integridade física e mental”, ou pela negação da capacidade de realizar o trabalho.

---

<sup>6</sup> Nos números 1,13,14,32 e 44 da revista Trabalho Necessário (TN), estão publicados artigos e relatos dos demais encontros do Intercrítica.

<sup>7</sup> Consideramos a polissemia do termo *memória* quando se trata de sua adjetivação como coletiva ou social; tomamos memória coletiva e social como possibilidades de construção histórica.

Como destaca Montenegro (2016, p. 1), nossa humanidade nos instala em situações tênues, que confrontam limites entre dignidade e indignidade, aceitação e rejeição, “merecedores” ou não dos direitos à humanização, reservados àqueles que podem ou não ser credores do respeito social.

### **Ondas neoconservadoras, alterações nos mundos do trabalho, desafios tecnológicos e de sustentabilidade, repercussões nas políticas educacionais: um pouco do contexto**

Neste primeiro quarto do século XXI, observamos que a esperança reluzente, no fim do século passado, de que pudéssemos construir um novo tempo, diferente e melhor, parece turva. O que este quartel de século nos apresentou até agora, efetivamente, foi uma humanidade muito eficaz em reproduzir mazelas semelhantes às que, historicamente, marcaram os séculos anteriores. Em outras palavras, o atual século parece repetir o anterior.

Marx, em “O 18 Brumário de Louis Bonaparte”, já apontava para o fato de que a história pode ser encenada duas vezes: a primeira, como tragédia; a segunda, como farsa (cf. Marx, 1984). Nesse sentido, o documentário “Nós que aqui estamos e por vós esperamos” (1999), de Marcelo Masagão, examina o século XX e antecipa, como “profecia”, o que estaria por vir (cf. Masagão, 1999). Em sua obra artística, Masagão instiga o espectador a refletir acerca de como seria o próximo século: deveríamos “esperar” mais do mesmo ou poderíamos “esperançar” novidades?

O teor fatalista do documentário de Masagão e o presságio marxiano de que poderíamos encenar a história por uma segunda vez (ainda que como farsa) parecem prevalecer. Se o século XX foi marcado por guerras, inclusive duas delas mundiais, o atual século novamente nos apresenta a realidade desses conflitos. Se, naquele século, houve a gripe espanhola, neste enfrentamos a pandemia da covid-19. Se as questões do Oriente Médio despertavam o interesse do mundo, isso está sendo reeditado. Se o temor de uma guerra nuclear era possibilidade iminente, pode-se dizer que agora se recupera um flerte com esse perigo. Se havia a Guerra Fria, atualmente se recoloca a guerra por procuração. Se, no século passado, assistíamos ao fascismo, na atualidade, deparamo-nos com suas releituras. Se o mundo se dividia entre nações democráticas e nações autoritárias, atualmente esses conceitos são relativizados pelos governos. E “assim caminha a humanidade”.

Ao mesmo tempo, não se confirmaram as expectativas – geralmente apresentadas em filmes de ficção científica – de que já estaríamos realizando viagens espaciais (considerando inclusive a corrida armamentista e espacial realizada entre os Estados Unidos e a União Soviética). O avanço tecnológico, de fato, ocorreu, mas por outros caminhos. Destaca-se, entre eles, um caminho de natureza comunicacional, muito mais endógeno (se considerarmos que não nos voltamos para fora do planeta), cujo alicerce é a internet, uma rede de conexões de nível mundial, capaz de conectar as pessoas e suas máquinas: as redes sociais digitais controladas pelas *big techs*.

Em 2022, a esperança, em certa medida, tornou-se prática, concretude histórica (Freire, 1997), pois o Brasil estava, no ano de 2024, na metade do mandato do governo Lula. O país, no entanto, não só continuava dividido, mas também se encontrava ligeiramente inclinado aos opositores ultraconservadores, conforme apontam as pesquisas da época<sup>8</sup>. A onda neoconservadora planetária, que parecia ter retrocedido, não somente se revitaliza dentro das redes sociais digitais, como também parece ter compreendido melhor como fazer política nesses espaços<sup>9</sup>. Löwy (2019, p. 1) ressalta que, nos últimos anos, aconteceu “uma espetacular ascensão da extrema direita reacionária, autoritária e/ou ‘neofascista’, que já governa metade dos países em escala planetária: um fenômeno sem precedente desde os anos 1930”.

O parlamento brasileiro eleito em 2022 caracterizou-se por um perfil majoritariamente de centro-direita, não obstante ser conduzido especialmente por líderes ainda mais à direita, neoconservadores alinhados a pautas moralistas, às políticas neoliberais, aos interesses do agronegócio, com prática proselitista. Dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2022, p.17) ratificam essa afirmação, ao apontarem que “dos deputados e das deputadas eleitas no pleito de 2022, 69 (13,45%) são de centro, 314 (61,20%) são de direita e 130 (25,34%) são de esquerda”. Em 2024, esse grupo de políticos da ultradireita seguia com forte oposição

---

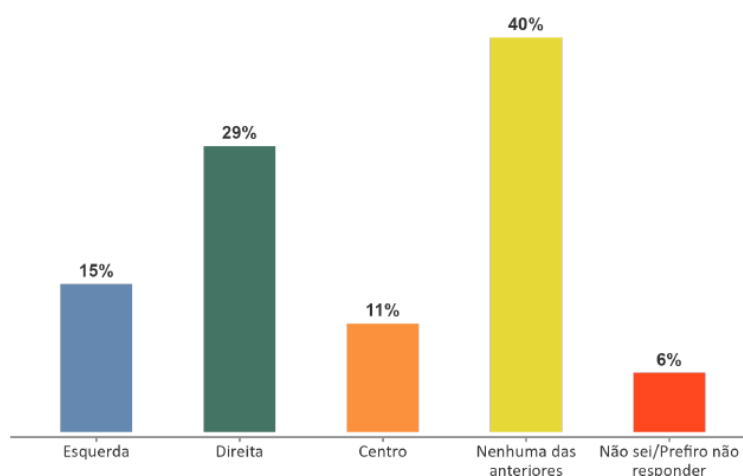
<sup>8</sup> Em março de 2024, 33% consideravam o governo Lula **ótimo** ou **bom**. Em julho, 37%. Em setembro, 35%. Em dezembro, 34%. Agora, 27%. Um ano atrás, 33% avaliavam o governo como **regular**. Depois, 31%; 28%; e 30% em dezembro de 2024 e agora. **Ruim** ou **péssimo**: 32%; 31%; e 34% em duas rodadas. Agora, 41%. **Não souberam** ou **não responderam**: 3% em março de 2024; 2% em três pesquisas. Agora, 1%. [Segundo pesquisa Ipsos-Ipec de março de 2025 – cf. G1, 2025]

<sup>9</sup> No fim desse ano de 2024, em novembro, Donald Trump volta ao poder nos Estados Unidos, vencendo Kamala Harris não somente no Colégio de Delegados, como também por maioria absoluta da população. Cf. <https://oglobo.globo.com/mundo/eleicoes-eua/noticia/2024/11/06/donald-trump-vence-kamala-harris-e-voltara-a-presidencia-dos-eua-apos-quatro-anos-de-campanha.ghtml>

ao governo Lula, exercendo influência nas redes sociais e alinhando-se a pautas não exatamente nacionais, tais como o apoio a Israel na guerra na Faixa de Gaza e ao trumpismo nos Estados Unidos.

O gráfico a seguir retrata o perfil político do brasileiro e evidencia o fato de que o Congresso segue mais à direita e conservador do que o próprio eleitorado.

**Gráfico 1 - Posicionamento Político no Brasil em 2024**



Fonte: Pesquisa DataSenado, 2024.

Excetuando-se os eleitores que não se alinharam a nenhuma vertente (46%), a pesquisa realizada pelo Senado aponta que 15% do eleitorado de 2024 declarou estar à esquerda, ao passo que 29%, à direita. Já entre os membros do Legislativo Federal, como observamos no gráfico anterior, 25,34% são alinhados à esquerda, e 61,20%, à direita (Inesc, 2022). Em outros termos, a materialização dos votos em representantes parlamentares demonstrou que o Congresso se encontra mais à direita do que o próprio perfil ideológico dos eleitores revelado pelas pesquisas.

É *sob e sobre* essa realidade que o governo Lula procurou (ou não conseguiu) implementar suas políticas públicas, após ter sido eleito compondo uma aliança de coalizão que aglutinou em seu governo inúmeros partidos, alguns de centro, com demandas e ações não necessariamente progressistas. Assim, a política educacional anunciada, ao enfrentar esse contexto, foi apenas parcialmente implementada, tendo em vista as resistências sofridas. Nessa paisagem árida, marcada por gestores legislativos que atuam na contramão dos interesses de sua nação, a educação nos

parece um raio de esperança e contribui para estarmos nas frentes da batalha para abrir possibilidades de atuar sob e sobre a realidade concreta. Como adverte Freire (1997, p. 6):

Uma das tarefas do educador ou educadora [e, acrescentamos, do/a pesquisador/a] progressista, através da análise política, séria e correta, é desvelar as possibilidades, não importam os obstáculos, para a esperança, sem a qual pouco podemos fazer porque dificilmente lutamos e quando lutamos, enquanto desesperançados ou desesperados, a nossa é uma luta suicida, é um corpo-a-corpo puramente vingativo.

Em 2024, um episódio socioclimático de grandes proporções marcou o povo brasileiro: as enchentes no Rio Grande do Sul. Estarrecido, o país inteiro solidarizou-se com a tragédia vivenciada pela população gaúcha. O número de mortos, vítimas e desabrigados, assim como os imóveis destruídos, as ruas e estradas interditadas, o sofrimento de animais, a alteração dos territórios e paisagens compõem um triste cenário que, por semanas, foi destaque nos meios de comunicação não só do Brasil, mas de todo o mundo. Como observa Wollmann (2014, p. 79-80), “as enchentes se constituem em fenômenos ‘naturais’ já conhecidos pela população” gaúcha; no entanto, pode existir “planejamento local e regional de contenção e ação em relação aos desastres naturais, inclusive ao de expansão urbana sobre áreas atingidas por enchentes”, o que exige, efetivamente, a articulação entre os dados produzidos pela ciência e ação do poder público.

A associação entre o fenômeno das enchentes e os desafios climáticos é, pois, inevitável. Os impactos econômicos, sociais e políticos decorrentes dessa tragédia mantiveram seus reflexos pelos meses seguintes. Nesse contexto, muitas reflexões emergiram: a responsabilização pelas possíveis causas e, sobretudo, pelas respostas (como a ausência ou a vulnerabilidade de planos de contingência) foi compartilhada entre políticos dos mais variados partidos, da esquerda à direita, da situação à oposição. Ocorre que, apesar da percepção de que mudanças especialmente potentes vêm ocorrendo no clima do planeta, a temática das mudanças climáticas, da emergência climática, bem como das consequências econômicas (como a forte alta dos preços dos alimentos que se inicia com tragédias como a ocorrida no Rio Grande do Sul em 2024), os governos continuam sem políticas substanciais que visem à alteração nos tons desse quadro. Conforme reitera Cadoná (2024, p. 1): “o campo das ações nem se compromete com causas, nem com a renovação dos objetivos e dos

princípios orientadores do desenvolvimento num contexto de intensificação das crises climáticas”.

O GT 09, Trabalho e Educação, em conjunto com o GT 22, Educação Ambiental, e o GT 18, Educação de Pessoas Jovens e Adultas, diante da tragédia que acometeu o Rio Grande do Sul, uniram-se na elaboração de uma nota publicada na página da ANPEd. Segue um trecho desse documento:

A catástrofe anunciada que vemos ocorrer neste momento no Rio Grande do Sul, precisamos dizer, não foi a primeira dessa “Era das Consequências” nem será a última. Esse é mais um episódio contundente, que ceifa centenas de vidas humanas e não humanas (fauna e flora), desconfigura territórios, nos comove, nos aflige, nos desola... [...]. Nessa nova ordem planetária: a hegemonia do sistema do capital se recompõe; a desigualdade econômica e social se amplia; a escalada armamentista não arrefece; a geopolítica se depara com a radicalização de grupos e de suas ações; a divisão do trabalho, da produção de alimentos, de bens e de serviços vão distinguindo os países; não se vê possibilidade de fato de estabelecer um Estado Global; as políticas internas nacionais rivalizam em torno de ataques ou de proteção à democracia, aos direitos sociais e políticos. Tudo isso tendo como pano de fundo o agravamento de tragédias ambientais. O que está acontecendo no Rio Grande do Sul é um explícito testemunho de que o país efetivamente entrou na era das tragédias ambientais e humanitárias – duas dimensões materiais da vida cotidiana que não se separam (ANPEd, 2024).

Para esses GTs, a crise ambiental não pode ser dissociada de uma crise civilizatória planetária, de uma crise especialmente posta e mantida pela hegemonia do capital. Nesse sentido, Cadoná (2024, p. 18), ressalta que

[...] o aparente silêncio em relação à dimensão ambiental nesse contexto de crise climática é uma afirmação de um projeto político no qual assumir compromissos com objetivos e princípios orientadores do desenvolvimento orientados por uma perspectiva de sustentabilidade ambiental torna-se incompatível com a própria natureza de reprodução desse capital em condição periférica e dependente.

Essa crise, sem dúvida, foi – e continuará sendo – tema central para a área de Trabalho e Educação, bem como para áreas congêneres. Ainda que continue menosprezado pelos apologetas do sistema do capital (Mészáros, 2002) – mesmo no momento seguinte à tragédia –, o “ambiente” vem sendo compreendido como tema central e conceito social chave na área de Trabalho e Educação (Bomfim, 2024).

Vale destacar que, neste breve artigo, cujo objetivo é apresentar esta Edição Especial da TN sobre nosso VI Intercrítica, não é possível realizar uma “análise de conjuntura”, dada a brevidade de espaço-tempo. Nosso intuito, portanto, é apenas tangenciar grandes temas que circunscreviam o Intercrítica de 2024 e que são de



interesse da área de Trabalho e Educação. Entre esses temas, estão também aqueles que, em 2024, percebemos como referentes às alterações nos mundos do trabalho e aos desafios impostos pelas novas relações trazidas por avanços tecnológicos. Trata-se de questões sobre as quais o GTTE sempre se debruçou, mas que merecem ser revisitadas a partir de um ponto específico, de um dos grandes acontecimentos da história recente da humanidade: a pandemia da covid-19. Ao refletir sobre as relações entre pandemia e educação, Minto (2021, p. 139) constata que houve “mudanças importantes no trabalho docente e nas expectativas de futuro para a educação”, tendo em vista a “dimensão ideológica que reveste as propostas de uso mais intensivo de tecnologias na educação; a mudança de sentido no trabalho docente; as expectativas sociais mais amplas sobre a educação e a formação das gerações futuras”.

Ainda que alguns percursos tecnológicos e reorganizações do mundo do trabalho já viessem acontecendo, certamente foi com a pandemia que alguns desses processos foram acelerados; outros, iniciados, e alguns podem ter sido abandonados. Embora seja inviável aprofundar aqui essa discussão, podemos ter como pressuposto a impossibilidade de o mundo do trabalho e as relações sociais mediadas por tecnologia ficarem imunes ao impacto da covid-19. No pós-pandemia, o planeta ficou ainda mais interligado pelas redes sociais digitais: a dependência da internet intensificou-se, e o conteúdo virtual tornou-se cada vez mais presente. Ademais, cresceram exponencialmente as atividades *online*: pesquisas, campanhas políticas de toda ordem, propaganda e venda de produtos, relacionamentos socioafetivos, atividades laborais, educação, informações e entretenimento, entre outros, com tudo o que há de positivo e com tudo que há de negativo também.

Em termos econômicos, o setor produtivo, que, ao longo do século XX, aprofundou seu processo de financeirização (apesar de todas as crises), agregou, no século XXI, a incorporação tecnológica, que busca o armazenamento de dados, a organização, a disputa e o controle de informações. Nos mundos do trabalho, mesmo em atividades aparentemente distantes dessa conectividade, verifica-se a necessidade de obtenção de conhecimento, que pode ser agilizado pela mediação de uma plataforma. Logo, quase toda atividade humana, atualmente, exige, em alguma medida, máquina, peça ou instrumento que pode ser acessado com um simples contato digital. Esse processo de conectividade amplia-se em uma rede cada vez mais complexa, a ponto de observarmos que, mesmo uma atividade aparentemente

rudimentar, de alguma maneira, articula-se a esse universo tecnológico. Em um emaranhado cada vez maior, que precisa ser operado por inteligência artificial, considerando o excesso de informações disponíveis e as múltiplas formas de acessá-las e processá-las, é impossível que tudo isso seja operacionalizado pela mente humana.

De acordo com Minto (2021, p. 140), no campo educacional não é diferente. Para esse pesquisador,

O uso de tecnologias na educação tem se caracterizado por um recorrente apelo ideológico ‘modernizador’. A esse uso é associada a resolução de problemas de todos os tipos, dos mais simples aos mais complexos: da distância espacial e disponibilidade de horários para estudo à questão da interatividade e toda a complexa problemática do interesse e da subjetividade dos educandos e educandas das novas gerações.

Ainda para o autor, a questão educacional na pandemia “precisa ser analisada à luz das mudanças que estão a ocorrer no processo de trabalho contemporâneo, o que faz necessária uma crítica das concepções que velam o processo real, deslocando-o de seu solo histórico” (Minto, 2021, p. 141).

Diante da catástrofe pandêmica, os setores privados, que mercadorizam a educação, estão na vanguarda da defesa do sucesso de uma educação distanciada, mistificada como “uma ‘revolução’ e uma ‘janela de oportunidades’ para modernizar as práticas de ensino, currículos” (Minto, 2021, p. 145). No entanto, aspectos fundantes dessa realidade são minimizados e, até mesmo, apagados em tomadas de decisão, por envolverem

[...] as desigualdades do público estudantil brasileiro (de acesso aos recursos, mercadorias e serviços necessários para a interação nos meios virtuais), da infraestrutura precária de boa parte das escolas e, sobretudo, das finalidades formativas (Minto, 2021, p. 145).

As “tonalidades das desigualdades” foram coloridas com tons que priorizaram “práticas como doações de equipamentos, ações de voluntariado e outras”. Essas caridades, por dispensarem a garantia de direitos, acabam aprofundando as desigualdades, ao ignorarem aspectos como “formação prévia, condições de estudo, ambiente doméstico” (Minto, 2021, p. 145). A aplicação das tecnologias no campo da educação parece ter deixado de “lado qualquer posição crítica e todo um acervo acumulado no setor por décadas”.

Nesse sentido, para Marx (2011, p. 942-943):

O próprio capital é a contradição em processo, [pois] procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição [...] do necessário.

Assim, na contradição entre capital e trabalho, o trabalho realizado *com, na, e pela* educação parece ter de ser tornado supérfluo, pois, “progressivamente, o discurso ideológico dominante sobre a educação vem deixando de se referenciar em qualquer perspectiva de mudança da realidade social existente” (Minto, 2021, p. 150). Desse modo, o sentido que se constrói é “precisamente conservador e impactante para o futuro: conformar as pessoas, tornando-as dispostas a se engajar na própria precariedade que enfrentarão numa realidade cada vez mais sem perspectivas”.

Os setores privados, que exploram a educação como mercadoria, constroem um léxico próprio e promovem seu uso abusivo, para cumprir a finalidade “de nublare as relações de fundo e mudanças radicais que expressam: protagonismo, projeto de vida, engajamento, meritocracia, resiliência, competências, empreendedorismo” (Minto, 2021, p. 150).

Na contramão dessa posição, Freire (1997, p. 64) afirma que

uma das tarefas da educação [...], ontem como hoje, é procurar, por meio da compreensão crítica de como se dão os conflitos sociais, ajudar o processo no qual a fraqueza dos oprimidos se vai tornando força capaz de transformar a força dos opressores em fraqueza. Esta é uma esperança que nos move.

A educação é um processo de fazer-se e refazer-se enquanto pessoas históricas, enquanto “mulheres e homens, virando seres da inserção no mundo e não da pura adaptação ao mundo, [que terminam] por ter no sonho também um motor da história. Não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança” (Freire, 1997, p. 47).

Apresentarmos até aqui questões fundamentais que marcaram nossas vidas em 2024 e que compuseram o cenário no qual se inseriu o VI Intercrítica, como o avanço da direita no Brasil e no mundo; eventos socioclimáticos que sinalizaram, de forma dramática, a face destrutiva da relação entre ser humano e natureza (constitutiva do capitalismo); bem como os avanços das *big techs*, destacando seus impactos no campo da educação.



Foi nessa conjuntura que o VI Intercrítica ocorreu, momento no qual pesquisadoras e pesquisadores, diante de uma realidade muito complexa e desafiadora, buscaram/buscam não só apreendê-la, mas também refletir sobre os caminhos de uma formação construída *com* (e *para*) a classe trabalhadora.

### **O que vamos encontrar nesta edição da revista?**

Esta edição especial da revista constitui um esforço de síntese das múltiplas experiências vivenciadas no VI Intercrítica: reflexões de participantes, mesas temáticas, conferências de abertura e encerramento do evento, elaboração de cartas (como a Carta de Camboriú), demonstrações de arte e de cultura, memória olfativa, visual e afetiva de mesas fartas de guloseimas e de bate-papos e abraços, exposição de ensaio fotográfico, homenagens a mulheres pesquisadoras (referências para o campo educacional de modo lato, mas, em especial, para o campo Trabalho-Educação). Por fim, inclui o compartilhamento com os leitores do Caderno de Resumos dos trabalhos apresentados no evento. Como aponta Valle (2005, p. 217), sintetizar “implica um trabalho de seleção e de estruturação, que não significa justapor as informações, nem as adicionar mecanicamente, mas configurá-las, organizá-las, recompô-las”. Para tanto, foi importante (re)memorar os movimentos acontecidos no VI Intercrítica, como uma via possibilitadora para recolher metodicamente as diversas atividades e construir um *corpus* que o representasse de modo amplo. Nessa perspectiva, consideramos essenciais as reflexões dos participantes da Conferência de Abertura, intitulada “Alterações nos mundos do trabalho e lutas antifascistas: repercussões nas políticas educacionais e nos processos formativos da classe trabalhadora”, realizadas pelos palestrantes José Dari Krein (UNICAMP) e Roberto Leher (UFRJ), com mediação da professora Maria Clara Bueno Fischer (UFRGS).

Krein (2024, p. 1) ressaltou que “não é possível compreender o sentido e o alcance dessas lutas – tampouco vislumbrar alternativas democráticas – sem compreender as transformações estruturais e conjunturais que atravessam o trabalho no capitalismo contemporâneo” e ainda reforçou que, como um fenômeno não isolado, a crise do trabalho “deve ser compreendida como parte de uma crise mais ampla e multifacetada que afeta os fundamentos da vida em sociedade”. A análise de Krein

(2024, p. 3) apresenta uma fotografia crítica de problemas que perpassam o trabalho. Desse modo, ele afirma que vivenciamos

[...] a consolidação de um mercado de trabalho profundamente desorganizado, heterogêneo e marcado pela precariedade. Para uma parcela significativa da população, tende a prevalecer a lógica da “viração” – termo que expressa a busca cotidiana, improvisada e muitas vezes desesperada por meios de sobrevivência. Essa realidade se manifesta de forma emblemática nos trabalhadores de plataformas digitais, cuja inserção laboral é caracterizada pela instabilidade, pela ausência de direitos trabalhistas e por uma remuneração volátil e imprevisível.

Ao analisar o novo mundo do trabalho, Lúcio (2018, p. 5) compreende-o como flexível, precário e inseguro. Para esse pesquisador, o advento da “inovação tecnológica, ampliada pela inteligência artificial, ocupa os postos de trabalho, desemprega, reduz o custo de produção e aumenta a produtividade do capital”. Associada às transformações do trabalho, a “precarização do mundo laboral abriu espaço para extrema direita, o neofascismo avançar em novas bases sociais” (Krein, 2024, p. 2).

Por sua vez, o professor Roberto Leher discorreu sobre o tema expresso no título do seu artigo: “Formação das classes trabalhadoras como grande política frente às contrarreformas do capital”, que sistematiza sua fala na conferência de abertura. Destacamos aqui uma interpelação feita pelo autor, após sua exposição de argumentos em torno do tema:

Não resta dúvida de que os trabalhadores da educação têm algo a dizer sobre a educação que é superior à ideologia do capital humano. Entretanto, para além de proposições difusas, o que nós temos a dizer sobre um projeto de educação que recuse a disjunção entre quem pensa e quem executa, quem manda e quem obedece? (Leher, 2024, p.17)

Na mesa temática intitulada “A formação de trabalhadores: entre reformas, lutas e participação social” – da qual participaram Adalberto Flores Greco Martins (MST) e Maria Margarida Machado (UFG), tendo como debatedor Gaudêncio Frigotto (UERJ) –, Machado (2024, p. 16) apresentou uma densa reflexão sobre “A Educação de Jovens e Adultos (EJA) na formação de trabalhadores: entre reformas, lutas e participação social”. A pesquisadora ressaltou que “as experiências educativas voltadas a jovens e adultos trabalhadores são diversas e remontam do contexto da educação jesuítica à chegada à atual plataformização dos sistemas educativos”. Pensar a EJA envolve “lutas, participação social e reformas” diante de uma “realidade hoje de classes trabalhadoras, despossuídas de direitos e com um abismo ainda maior

entre o ‘discurso’ da necessidade de aumento da escolaridade e condições melhores de empregos e renda” (Machado, 2024, p. 16).

Adalberto Martins (Pardal) apresenta uma reflexão profunda sobre a questão agrária brasileira, incluindo a financeirização da agricultura, a comoditização da produção, as mudanças na base técnica da produção agrícola e as implicações para a reforma agrária popular. Com base nessa análise, justifica e defende que o projeto educativo do MST:

busca conectar a dimensão tecnológica, com a dimensão político-ideológica e com a dimensão humanista, buscando construir seres humanos capazes de efetivar o projeto da reforma agrária popular, possuindo senso crítico da realidade, possuindo também um rico conhecimento politécnico e um forte componente organizativo (saber organizar as pessoas para ações coletivas que solucionem os problemas de suas comunidades). (Martins, 2024, p. 9)

Apresentamos ainda aos leitores desta edição uma síntese da conferência de encerramento, intitulada “A Conae, o PNE e as repercussões para o campo Trabalho e Educação: táticas e estratégias de lutas – implicações para o campo Trabalho e Educação”, ministrada pelo professor Daniel Cara.

Daniel Cara não restringiu sua fala aos aspectos formais do texto escrito do Plano Nacional de Educação, tampouco se limitou a avaliar a execução do atual plano ou do que precisará ser elaborado em breve. Sua exposição foi além, trazendo também os bastidores políticos do atual Congresso brasileiro, notadamente marcado por uma configuração conservadora. Ademais, compartilhou um olhar também à parte do Congresso, que viria dos setores constituídos da coalização político-partidária que se constituiu para eleger Lula. Obviamente que, da parte conservadora, não se esperava algo diferente da tentativa de travar partes mais progressistas do PNE. Não obstante, o maior problema foi perceber que os setores da coalização também não se mostraram capazes de marcar posicionamentos mais contundentes e contrários aos que vinham dos setores mais retrógrados e (podemos dizer) reacionários do Congresso. Daniel Cara salientou essas questões políticas especialmente ao tratar das discussões sobre a Reforma do Ensino Médio, quando se tornaram evidentes os significativos retrocessos que chegaram a obter convergência inclusive entre os setores mais à esquerda e os setores mais à direita. Em relação à Reforma do Ensino Médio, ainda como exemplo, os retrocessos só não foram maiores em virtude da reação da sociedade civil no momento da consulta pública. Assim, o debate seguiu...

Destarte, no fim do evento, buscou-se construir a Carta de Camboriú, elaborada de forma coletiva pelos participantes do VI Intercrítica, que buscaram chamar atenção para a necessidade de enfrentar o neoliberalismo, reivindicar a valorização da educação pública, bem como defender os recursos naturais contra a pilhagem imperialista e a violência neofascista. Além disso, inclui-se uma moção de apoio ao povo palestino, demonstrando nossa solidariedade ao seu sofrimento e somando-nos à luta contra o genocídio.

Nesta edição especial da TN, apresentamos também registros da arte e da cultura que fizeram parte do evento: um ensaio fotográfico que retrata os principais momentos vivenciados no VI Intercrítica e poemas autorais intitulados “Brasil abusivo” e “Origem”, declamados por Elisa Mariana Wunderlich Pscheidt, estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC).

Não poderiam faltar à memória do VI Intercrítica registros das homenagens realizadas pelo GT 09 a algumas das mulheres pesquisadoras que têm sido fundamentais para a práxis de quem faz e pesquisa as relações entre Trabalho e Educação: Maria Ciavatta (UFF), Eunice Trein (UFF), Iracy Picanço (UFBA), Lia Tiriba (UFF), Monica Ribeiro da Silva (UFPR) e Marise Ramos (FIOCRUZ/UERJ). Realizou-se também uma homenagem póstuma e de agradecimento ao coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú, professor Alexandre Vanzuita, que nos deixou inesperadamente em dezembro de 2024 e que foi um entusiasta da realização da VI edição do Intercrítica no IFC/Campus Camboriú. As homenagens conduziram-nos a refletir sobre a professora e o professor na sociedade contemporânea como uma trabalhadora e um trabalhador desafiados a pensar criticamente, mesmo em meio a tantos desafios e contradições.

Encerrando a apresentação deste número da revista, compartilhamos com os leitores e as leitoras o Caderno de Resumos dos trabalhos apresentados no VI Intercrítica, indicando as temáticas, os autores e as autoras, bem como as sínteses das discussões realizadas nos Grupos de Trabalho durante o segundo dia do evento. É importante destacar que foram apresentados trabalhos organizados nos seguintes eixos: Reflexões Teórico-Metodológicas em Trabalho-Educação; Trabalho-Educação e Metodologias/Estratégias Educacionais; Trabalho-Educação e Ambiente; Trabalho-



Educação e Modos de Produção para além do Capital; Transformações no Mundo do Trabalho; Trabalho-Educação e o Ensino Médio; Trabalho-Educação, Níveis e Modalidades da Educação Brasileira (Educação Infantil, Ensino Superior, EJA, Educação Especial, Educação Profissional, Educação do Campo, Educação Indígena); Trabalho-Educação e Políticas Educacionais.

### **Breves Considerações**

Para finalizar, desejamos que o prazer e o compromisso ético-político que tivemos na organização e na participação do VI Intercrítica estejam materializados nesta edição da revista Trabalho Necessário e que contribuam para aprofundarmos nossas reflexões sobre um mundo que demanda reconstrução diária, pautada por pensamentos críticos, afetos e ética, e voltada ao bem comum, em sintonia com os demais seres da natureza e com práticas neles fundamentadas.

Boa leitura a todos e todas! Até o próximo Intercrítica!

### **Referências**

ANPED. A catástrofe climática que irrompeu no Rio Grande do Sul e as lições que não alcançamos. *Anped*. Nota reflexiva dos Grupos de Trabalho da ANPEd – Trabalho e Educação (GT 09), Educação Ambiental (GT 22) e Educação de Pessoas Jovens e Adultas (GT18). Maio de 2024. Disponível em: [https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Nota-Reflexiva-dos-GTs-09-18-e22\\_ANPED-14-de-maio-de-2024-divulgacao1.pdf](https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Nota-Reflexiva-dos-GTs-09-18-e22_ANPED-14-de-maio-de-2024-divulgacao1.pdf)

BOMFIM, A. M. Buscar caminhos enquanto os ricos ainda envelhecem: o desafio de pensar a Educação Profissional diante da emergência climática do século XXI. In: NOVAES, H. T.; LIMA FILHO, D. L.; SANTOS, J. D. G. (Orgs.). *Educação profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024, v.3, p.121-148. Disponível em: [https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab\\_editorial/catalog/book/447](https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/447).

CADONÁ, Marco André. Qual Reconstrução do Rio Grande do Sul?: enchentes de 2024 e o projeto político de reconstrução da burguesia industrial. **Redes**, v. 29, 2024.

CHARLOT, Bernard. O professor na sociedade contemporânea: um trabalhador da contradição. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 17, n. 30, p. 17-31, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 2014.

GONDAR, J. O. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 7, n. 13, 2008.

G1. Instituto Ipsos-Ipec: maioria dos brasileiros desaprova a forma como Lula governa o país. G1. G1-JN. 13 de março de 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/03/13/instituto-ipsos-ipecc-maioria-dos-brasileiros-desaprova-a-forma-como-lula-governa-o-pais.ghtml>

INESC. *Perfil dos Eleitos nas Eleições de 2022*. Distrito Federal - Brasília. Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos. 2022. Disponível em: <https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Eleicoes-2022-Perfil-dos-Eleitos-1.pdf>

MARX, K. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. 2. ed. Lisboa: Avante, 1984.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. E-book

MASAGÃO, M. *Nós que aqui estamos e por vós esperamos*. Diretor: Marcelo Masagão. Filme-documentário. Longa-metragem. 1h13min. 1999.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Campinas: Boitempo, 2002.

MINTO, Lalo Watanabe. A pandemia na educação. **RTPS-Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. 139-154, 2021.

MONTINEGRO, Monaliza. O que a Metamorfose de Kafka pode nos ensinar sobre direitos humanos. 2016. Disponível em: Acesso em: 13 de agosto de 2025.

LÖWY, Michael. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. **A terra é redonda**, v. 24, 2019.

LÚCIO, Clemente Ganz. O novo mundo do trabalho é flexível, precário e inseguro. **Carta Social e do Trabalho, Campinas**, v. 38, p. 1-11, 2018.

PESQUISA DATASENADO. *Panorama Político 2024*: posicionamento político do brasileiro. Senado Federal. Distrito Federal – Brasília. Instituto de Pesquisa Data Senado. Setembro de 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/pesquisa-traca-perfil-ideologico-dos-eleitores-brasileiros>

RAMOS, M.; PELISSARI, L. Crise do capital, luta de classes e educação hoje: utopia ou barbárie. *Revista Trabalho Necessário*. Niterói-RJ. 21(44), 01-16 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/58048/34040>

TEIXEIRA, Clarice Maria de Sousa Portela et al. Do humano ao inseto: a negação da humanidade em A metamorfose de Franz Kafka. **MOSAICO**, v. 19, n. 1, 2021.

VI INTERCRÍTICA – Intercâmbio Nacional dos Núcleos de Pesquisa em Trabalho e Educação. Formação de trabalhadores em tempos de reformas educacionais e lutas antifascistas: contradições, mediações e desafios. *VI INTERCRÍTICA*. Instituto Federal Catarinense. Camboriú-SC, 2024. Disponível em <https://intercriticagt09.wordpress.com/2024/02/21/intercriticas-2024/>

VALLE, Ione Ribeiro. Formação de professores: um esforço de síntese. **Educar em Revista**, p. 215-235, 2005.

WOLLMANN, Cássio Arthur. Enchentes no Rio Grande do Sul do século XXI. **Mercator (Fortaleza)**, v. 13, n. 1, p. 79-91, 2014.